



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 1  
Janeiro de 2014

## Por que o desemprego se mantém em queda na RMPA?

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), em outubro de 2013, atingiu o menor valor da série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA), iniciada em junho de 1992, situando-se em 6,1% da População Economicamente Ativa (PEA). Uma questão instigante que se coloca a respeito é a de por que essa taxa vem decrescendo, uma vez que, desde 2011, está-se arrefecendo o ritmo de geração de oportunidades ocupacionais no mercado de trabalho.

Para tentar responder a essa questão, são examinadas as evidências empíricas expostas no gráfico, no qual constam as taxas de variação da PEA, dos contingentes de ocupados e de desempregados, de jan./08 a out./13. Conforme se constata, após o desempenho vigoroso do nível ocupacional em 2008 e 2010 — interrompido em 2009 pela recessão econômica advinda da crise internacional —, desde 2011 a geração de oportunidades de trabalho na RMPA foi mostrando perda de dinamismo, manifesta em uma trajetória que se tornou descendente. Para se ilustrar esse fato, comparando-se o mês de outubro com o mesmo mês do ano anterior, o nível de ocupação cresceu 6,9% em out./08, 3,4% em 2010, 1,5% em 2011, reduziu-se 1,1% em 2012 e registrou leve recuperação, de 1,1%, em out./13. Todavia, apesar dessa diminuição na capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho, o desemprego manteve o processo de descenso entre 2011 e 2013.

Um aspecto que se considera central para a compreensão dessa continuidade da queda do desemprego está associado ao comportamento da PEA. A esse respeito, observa-se uma tendência de declínio do crescimento da força de trabalho, o que indica que a mesma vem pressionando relativamente menos o mercado de trabalho. Nesse sentido, a PEA, após crescer 4,7% em out./08, apresentou pequena variação positiva em out./10 (1,0%) e 2011 (0,3%), teve redução em out./09 (-1,4%) e 2012 (-1,2%) e ficou praticamente estável em out./2013. Dessa forma, a trajetória de descenso no crescimento da PEA, em uma conjuntura de diminuição do ritmo de absorção de mão de obra, contribuiu para a continuidade da tendência de queda do desemprego.

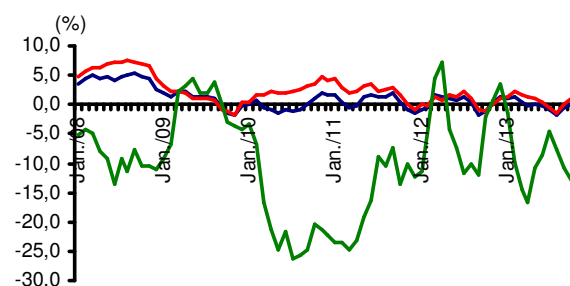
Devido ao papel que a PEA está exercendo nesse contexto, seria interessante avançar na compreensão das causas da redução do seu crescimento. A mais importante delas é **demográfica**, sendo apreendida pela evolução da População em Idade Ativa (PIA) — indivíduos com 10 anos ou mais de idade. Tomando-se as **médias anuais** da PED-RMPA, constata-se que a taxa média anual de crescimento da PIA, no período 1993-2000, foi de 2,2% e, em 2001-12, de 1,1% — ou seja, uma retração pela metade no ritmo de expansão desse indicador. Um dos aspectos que contribuiu para tanto

foi o fato de que a população jovem de 16 a 24 anos passou a diminuir a partir de 2005: esse grupo populacional atingiu 615 mil indivíduos em 2004, para posteriormente ingressar em um processo de descenso, situando-se em 552 mil indivíduos em 2012.

Recortando-se a PIA, os seguintes elementos também influenciaram a redução do crescimento da PEA: (a) a proporção de jovens que somente estuda passou de 18,4% em 2000 para 22,8% em 2012, constituindo-se em um fator adicional a atenuar a pressão desse grupo populacional por oportunidades ocupacionais; e (b) no que diz respeito à segmentação da PIA por sexo, identificam-se mudanças nas trajetórias evolutivas de mulheres e de homens — por um lado, enquanto, de 1993 a 2000, aumentou a taxa de participação feminina (de 44,5% para 49,7%), no período 2001-12 essa tendência foi interrompida, mantendo-se esse indicador praticamente no mesmo patamar; por outro, a taxa de participação dos homens evidenciou um processo nítido de descenso a partir de 2001, passando de 68,5% naquele ano para 65,7% em 2012, o que revela redução do engajamento da PIA masculina em atividades laborais.

Não obstante o comportamento do nível de ocupação ser o fator de maior impacto sobre o desemprego, a situação presente do mercado de trabalho da RMPA abre espaço para que, nas ações voltadas à geração de oportunidades de trabalho, seja mais pertinente colocar ênfase no avanço na **qualidade** do emprego que está sendo criado do que na sua **quantidade**.

Taxa de variação da PEA, dos contingentes de ocupados e de desempregados na RMPA — jan./08-out./13



Legenda:

— PEA — Ocupados — Desempregados

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Taxa de variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

**Raul Luís Assumpção Bastos**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Apoio à extração mineral confirma tendência à “commoditização”

Através do apoio à atividade mineradora, o Governo procura acelerar o crescimento econômico brasileiro, aprofundando um modelo fortemente baseado nas exportações de minerais e nas *commodities* agroindustriais. Essa orientação permeia a proposta de um novo marco regulatório para a extração de minerais. O Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, destinado à criação de um novo código da mineração, deveria ter sido votado ainda em dezembro de 2013, para substituir o Decreto-Lei nº 227, de 1967. Como tal não ocorreu, o Governo Federal decidiu acelerar a implantação de políticas destinadas a apoiar a mineração, através da Medida Provisória que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMP). O Conselho é formado pelos Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Casa Civil e Desenvolvimento, com a representação de estados e municípios envolvidos e empresas do setor.

O aqodamento governamental em acelerar a implantação de um novo código da mineração explica-se pela grande expansão da extração mineral nos últimos 10 anos no Brasil, bem como pela urgência em eliminar a especulação com terras mineráveis.

Os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) confirmam o impressionante crescimento da extração de minérios no Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo em muitos outros países africanos e latino-americanos. Segundo essa fonte, a produção mineral brasileira cresceu 550% entre 2001 e 2011, sendo que a indústria extrativa mineral cresceu 156% sobre o PIB brasileiro nesse mesmo período: no ano 2000, representava 1,6% e, em 2011, 4,1%. Essa atividade tem permitido a manutenção de resultados positivos na Balança Comercial brasileira, que teria déficits de US\$ 7,6 bilhões em 2010 e de US\$ 10 bilhões em 2011, não fosse o crescimento das exportações de minérios.

Outra forma de estimular a extração e a exportação de minerais está expressa nos investimentos apoiados pelo BNDES, que destina mais de metade de sua carteira de investimentos aos setores de petróleo, gás e mineração. Conforme o IBRAM, a previsão de novos investimentos para o período 2012-16 é de US\$ 75 bilhões. Segundo o Plano Nacional de Mineração, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia, a extração mineral deverá crescer em mais de 100% até 2030, o que certamente desviará recursos e investimentos de setores com melhores potenciais de sustentabilidade.

Também as obras de infraestrutura contidas no Plano de Aceleração do Crescimento destinam-se, primordialmente, a apoiar a extração mineral e o agronegócio. Além disso, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.610, que regulamenta a extração mineral em áreas indígenas. Isso ocorre em um contexto em que não se está considerando o ponto de vista das populações que vivem nessas regiões.

Tudo indica que o objetivo da atual proposta é a formação de um novo código, que garanta a ampliação do superávit comercial e da arrecadação de impostos. Com isso, o Governo pretende reduzir os chamados obstáculos burocráticos, bem como limitar algumas distorções, como é o caso de artifícios jurídicos que permitem a manutenção de concessões em áreas sem nenhum tipo de exploração. Outro aspecto importante é o de agilizar os processos de licitações públicas dos contratos para a exploração de lavras. Além desses itens, não se verificam avanços significativos com relação ao código atualmente vigente, sobretudo no que concerne aos aspectos ambientais e tecnológicos.

A ausência de uma política setorial de longo prazo capaz de promover o desenvolvimento sustentado aparece muito claramente nessa escolha. Muito se tem discutido sobre o risco que significa para um País embasar seu crescimento na produção de *commodities*, em particular sobre a extração mineral, seja por seus parcos efeitos multiplicadores sobre a economia, seja por tornar o País excessivamente dependente das oscilações do mercado internacional.

Atualmente, diversos pesquisadores, no Brasil e no exterior, debatem sobre a necessidade da elaboração de uma transição pós-extrativista voltada para a elaboração de medidas destinadas à extração apenas dos minerais indispensáveis ao funcionamento das economias. Nesse cenário, as riquezas naturais, dentre essas a água, seriam consideradas bens públicos, o que permitiria uma certa autonomia local e regional, capaz de limitar a extração mineral ao desenvolvimento de atividades menos predatórias e à exigência de mecanismos compensatórios eficazes.

Produção de 2008 e previsão para 2015, 2022 e 2030 de produção de alguns minerais selecionados no Brasil

PRODUTOS	UNIDADES DE MEDI- DA	Produção em 2008	ANOS		
			Previsão da Produção 2015	2022	2030
Ferro .....	Mt	351	585	795	1.098
Ouro .....	t	55	120	180	200
Cobre .....	Kt	216	500	700	1.000
Rochas ornamentais .....	Mt	7,8	11,1	15,8	22,4
Bauxita .....	Mt	26,8	42,3	56,7	79,3

FONTE: Ministério de Minas e Energia.

**Clarisse Chiappini Castilhos**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## A balança comercial brasileira em 2013: resultado conjuntural ou estrutural?

O déficit comercial brasileiro em 2013, que atingiu US\$ 5.155 milhões no primeiro trimestre, foi revertido nos meses subsequentes, e o saldo final acabou positivo em US\$ 2.561 milhões, uma queda de 87% em relação a 2012. A explicação principal é conjuntural: a queda nas exportações de combustíveis, devido às paradas programadas na produção da Petrobras, e a elevação nas importações do mesmo produto, que foram realizadas em 2012, mas lançadas somente no ano seguinte, devido a mudanças em procedimentos contábeis.

Diante disso, é pertinente questionar se, além desse elemento circunstancial, há algum componente estrutural para explicar a *performance* da balança comercial brasileira em 2013. Ao estender a análise para os anos anteriores e considerar somente o desempenho dos combustíveis, percebe-se que o saldo foi crescentemente deficitário ao longo do período analisado, mas, em 2013, no acumulado até outubro, elevou-se abruptamente (161%) em relação ao ano anterior.

Ao se desconsiderarem os combustíveis, o saldo comercial até outubro de 2013 permaneceria positivo, com o valor de US\$ 19.413 milhões, mas seria o menor valor desde 2005, com uma queda de 60% em relação àquele ano. Se o saldo negativo em combustíveis fosse semelhante ao de 2011, o saldo comercial brasileiro em 2013 seria de US\$ 10.253 milhões, o que representaria apenas 34% do resultado total de 2011.

Portanto, constata-se que o resultado comercial decrescente não pode ser explicado somente por fatores conjunturais. O saldo no setor de bens de capital tem apresentado déficits crescentes — em 2013, o déficit seria ainda maior se desconsideradas as “exportações” de plataformas de petróleo no valor de US\$ 7.733 milhões. Não fosse o aspecto conjun-

tural relacionado aos combustíveis, os aspectos estruturais do setor de bens de capital seriam o centro das preocupações do ponto de vista da sustentabilidade das contas externas, as quais podem significar mais um obstáculo para aumentar a relação investimento/PIB no Brasil.

Saldo da balança comercial, por categorias de uso,  
no Brasil — 2005-2013

(US\$ milhões)			
ANOS	BENS DE CAPITAL	INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO
2005	5.616,80	22.801,60	20.463,10
2006	4.027,90	25.372,20	20.232,30
2007	2.722,20	21.634,80	21.361,00
2008	-2.093,50	13.881,50	22.676,70
2009	-8.372,20	21.631,40	13.522,10
2010	-13.650,20	26.530,80	12.458,80
2011	-15.928,40	45.158,40	9.725,70
2012	-15.257,50	34.370,60	8.443,40
2013 (1)	-13.359,11	25.075,11	7.696,94

ANOS	COMBUSTÍVEIS	TOTAL	TOTAL SEM COMBUSTÍVEIS
2005	-3.952,90	44.928,60	48.881,50
2006	-3.167,60	46.464,80	49.632,40
2007	-5.689,90	40.028,10	45.718,00
2008	-9.507,00	24.957,70	34.464,70
2009	-1.508,80	25.272,50	26.781,30
2010	-5.184,70	20.154,70	25.339,40
2011	-9.159,70	29.796,00	38.955,70
2012	-8.154,60	19.401,90	27.556,50
2013 (1)	-21.241,56	-1.828,62	19.412,94

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Funcex.

(1) Dados disponibilizados até o mês de outubro.

**Clarissa Black**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Exportações de automóveis para Argentina

As exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina, em 2013, vem apresentando recuperação, principalmente pelo crescimento nos embarques de automóveis. O valor exportado pelo setor cresceu US\$ 259 milhões no acumulado entre janeiro e novembro, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O Estado foi o que teve o melhor desempenho nesse ano, um aumento de 163,9%, enquanto a média nacional cresceu 55,7% no mesmo período. Com isso, o RS aumentou a sua participação no valor das vendas brasileiras de veículos para a Argentina, passando de 7,8% em 2012 para 11,4% em 2013.

Entretanto, a notícia de que a Argentina pretende, em 2014, diminuir as importações de automóveis, inclusive as do Brasil, poderá impactar bastante as exportações brasileiras e gaúchas, tendo em vista que ela é o principal parceiro tanto do Brasil quanto do RS no setor. As exportações de veículos leves do Estado (que são produzidos pela GM) são

destinadas quase totalmente ao mercado argentino, que absorve 95% dos automóveis que o Estado exporta. Na média do Brasil, esse valor é de 87%.

Essa medida, se confirmada, também pode trazer impactos na produção do setor, já que a participação das exportações para o País foi de 15,3% no total das unidades vendidas no Brasil, entre janeiro e novembro de 2013. No Estado, essa participação foi de 15,7%.

A Argentina já vem adotando outras barreiras ao comércio externo brasileiro, mesmo que muitas delas de maneira não oficial. Desde o início de 2012, alguns setores da indústria vêm enfrentando dificuldades para entrar com os seus produtos na Argentina. Essas medidas costumam ser adotadas em momentos em que o país vizinho passa por mais dificuldades econômicas, a fim de proteger sua produção nacional.

Exportação de veículos para Argentina — jan.-nov. 2012-13

ESTADO E BRASIL	2012		2013		VARIÇÃO		PERCENTUAL DAS VENDAS EXPORTADAS PARA ARGENTINA	
	Unidades	Valor (US\$ 1.000)	Unidades	Valor (US\$ 1.000)	Unidades	Valor (US\$ 1.000)	2012	2013
RS .....	19.996	158.843	43.085	418.009	23.089	259.167	10,6	15,7
Brasil ....	256.153	2.805.335	376.777	4.368.146	120.624	1.562.812	9,7	15,3

FONTE: MDIC. Anfevea. Fenabrave.

**Guilherme Risco**  
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jun.-nov./13

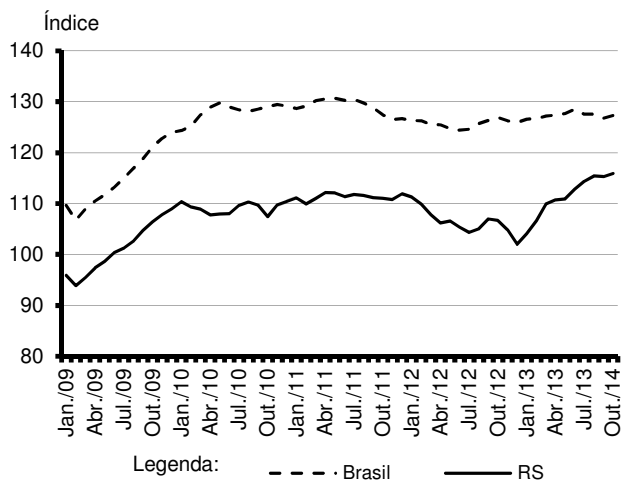
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Jun./13	0,26	3,15	6,70	0,75	1,75	6,31	
Jul./13	0,03	3,18	6,27	0,26	2,02	5,18	
Ago./13	0,24	3,43	6,09	0,15	2,17	3,85	
Set./13	0,35	3,79	5,86	1,50	3,70	4,40	
Out./13	0,57	4,38	5,84	0,86	4,59	5,27	
Nov./13	0,54	4,95	5,77	0,29	4,90	5,61	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-out/13

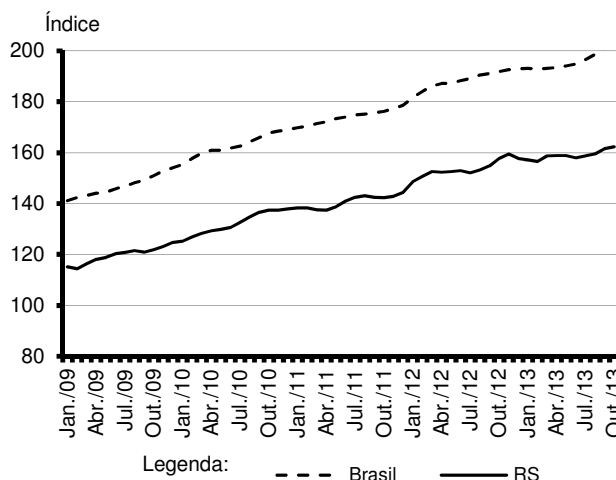


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-out/13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jun.-nov./13

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,17	2,25	2,34	2,27	2,19	2,30	2,14	2,14
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	90,0	93,8	98,3	95,1	91,6	94,8	89,6	89,5
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	8,00	8,50	9,00	9,00	9,50	10,00	8,29	8,20
Superávit primário (% do PIB) .....	-1,3	-0,6	0,1	2,3	-1,5	-7,1	-1,9	-2,2
Balança comercial (US\$ milhões) .....	2.305	-1.899	1.224	2.146	-224	1.740	-93	2.154
Exportações (US\$ milhões) .....	21.134	20.807	21.424	20.996	22.821	20.862	221.333	241.082
Importações (US\$ milhões) .....	-18.829	-22.705	-20.200	-18.850	-23.045	-19.122	-221.426	-238.928
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-3.911	-8.986	-5.492	-2.628	-7.133	-5.145	-72.693	-81.100

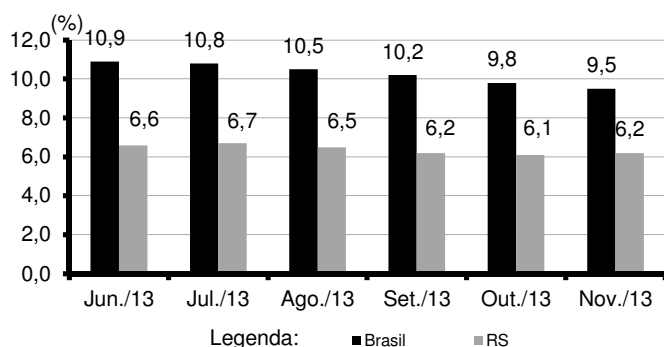
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 1

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jun.-nov./13



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-nov./13

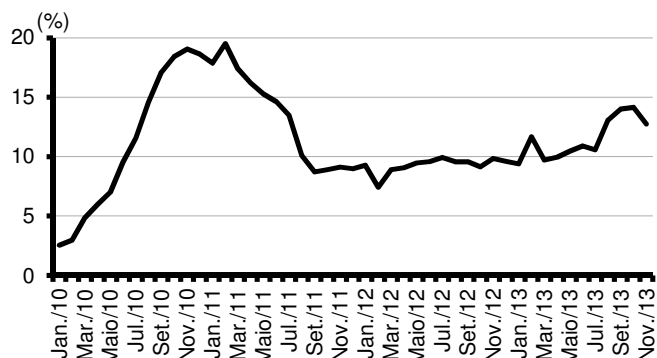


Tabela 3

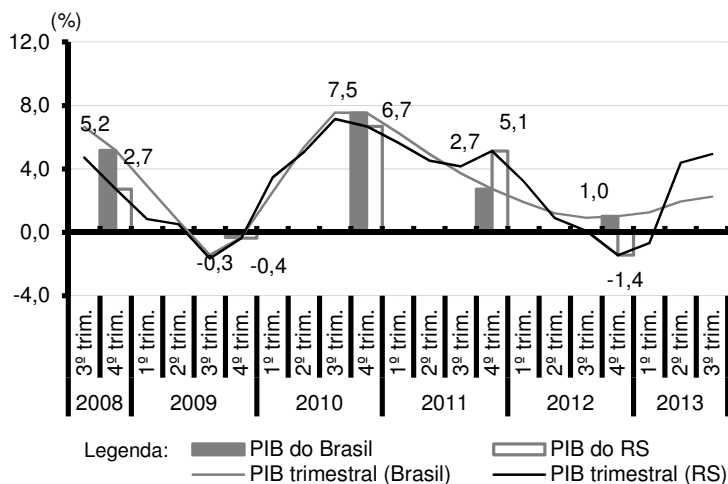
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jun.-nov./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jun./13	11.150	114.424	9,7	30,9	-2,4	10,3	3,6	15,4	-5,5
Jul./13	13.026	135.231	9,6	26,6	-2,2	9,5	3,6	13,2	-5,4
Ago./13	15.393	156.655	9,8	27,0	-2,5	12,9	3,6	11,2	-5,6
Set./13	17.505	177.650	9,9	28,6	-1,6	16,4	4,1	9,6	-5,3
Out./13	21.320	200.471	10,6	41,2	-0,9	17,1	4,1	19,4	-4,7
Nov./13	23.933	221.333	10,8	46,9	-0,7	17,7	3,5	24,5	-4,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

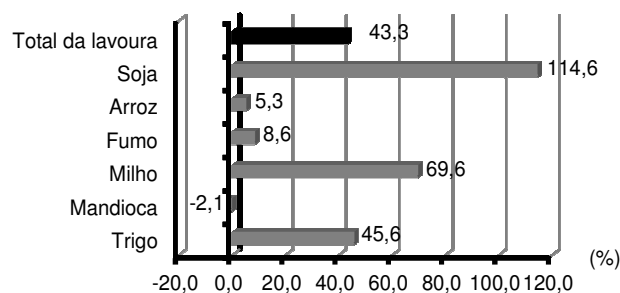
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-3º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — nov./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

## Desempenho da indústria de transformação do RS em 2013

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, percebe-se que a produção física da indústria de transformação gaúcha cresceu 6,4% no acumulado de janeiro a outubro de 2013, comparado ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, houve alta de 1,9% no mesmo período.

Os principais setores industriais responsáveis por esse acréscimo na produção física do RS foram máquinas e equipamentos (9,9%), veículos automotores (20,9%), borracha e plástico (11,6%), refino de petróleo e álcool (29,3%) e bebidas (11,8%). Já os ramos industriais que contribuíram para que a alta não fosse ainda mais significativa foram calçados e artigos de couro (-3,5%), fumo (-6,2%) e alimentos (-1,1%).

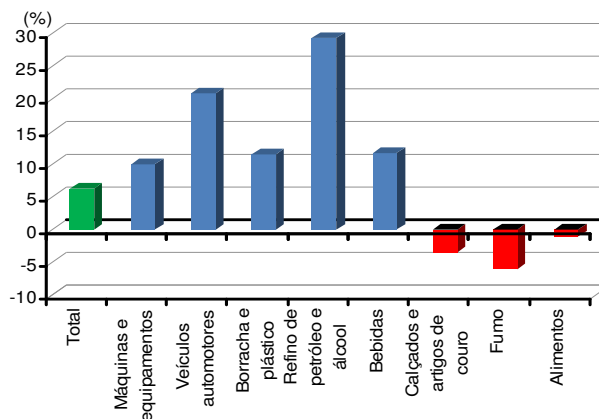
O bom desempenho de máquinas e equipamentos, notadamente máquinas agrícolas, esteve ligado ao crédito subsidiado e ao crescimento do setor agropecuário, tanto gaúcho quanto nacional. Já a elevação no setor de veículos automotores decorre da alta na fabricação de automóveis, ônibus e autopeças, colaborando também para o incremento na atividade de borracha e plástico, verificado pela fabricação de pneus.

O acréscimo considerável na produção de refino de petróleo e álcool foi reflexo do aumento nas vendas de combustíveis e das exportações dos seus derivados, enquanto a alta na atividade de bebidas decorreu do incremento na produção de suco de uva.

A fraca *performance* do setor de calçados e artigos de couro é explicada, em grande medida, pelas condições estruturais de concorrência adversas enfrentadas pelo setor no RS.

Já o decréscimo na produção fumageira pode ser justificado pela queda tanto nas suas exportações quanto na produção de cigarros. No caso do setor alimentício, a maior demanda externa por produtos *in natura* como milho e soja redundou em menor processamento interno desses produtos.

Taxa de crescimento da indústria de transformação, por atividades selecionadas, do RS — jan.-out./13



FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PIM-PF.

NOTA: Variação percentual acumulada nos primeiros 10 meses de 2013, tendo por base o mesmo período do ano anterior.

**Vinícius Dias Fantinel**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Participação feminina nas Câmaras Municipais

Estudos da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de outras instituições internacionais sobre a temática de gênero ressaltam que a autonomia e o empoderamento das mulheres são fenômenos que se relacionam positivamente com o desenvolvimento socioeconômico, havendo evidências de que esses processos se reforçam mutuamente.

A visão sobre cidadania de gênero abarca a possibilidade, para o sexo feminino, de exercer direitos e obrigações individuais e coletivas, bem como de acesso às decisões políticas, ao controle das políticas públicas e à associatividade.

Nesse contexto, as reivindicações por maior participação política e social das mulheres têm provocado mudanças em relação a oportunidades e escolhas, compondo pautas e linhas de trabalho relacionadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero.

Tomando-se a participação feminina formal na esfera política, um indicador básico dessa evolução é o que mostra a proporção de mulheres exercendo mandatos parlamentares, nos níveis nacional, regional ou local.

Na América Latina e no Caribe, embora venha ocorrendo um crescimento sistemático da percentagem de vagas ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais, a média para a região como um todo chegou apenas a 23% em 2011. Entre todos os países latino-americanos e caribenhos, Cuba, com 43% de participação, é o que apresenta o maior percentual de parlamentares do sexo feminino, sendo esta também uma das taxas mais altas no mundo.

No que se refere à participação das mulheres com mandatos nas Câmaras Municipais no Estado do RS e nos municípios brasileiros como um todo, os percentuais são bem mais reduzidos. Verifica-se, na tabela abaixo, que a proporção de vereadoras no Estado, para todos os anos analisados, encontrava-se inferior à média brasileira, embora essa também seja baixa. Desse modo, considerando-se o resultado das eleições em alguns anos selecionados, observa-se que o percentual de mulheres exercendo mandato nas Câmaras Municipais do RS aumentou de apenas 5,10% do total de vereadores do RS em 1992 para 10,50% em 2000 e para 12,29% em 2008, voltando a cair para 7,40% em 2012.

Cabe refletir sobre o aspecto de que, mesmo constituindo a maioria do eleitorado e tendo uma mulher como Presidente da República, o sexo feminino segue sub-representado politicamente, tanto no Brasil como no RS.

Percentual de mulheres exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores do RS e Brasil — 1992-2012

ANOS	RS	BRASIL
1992	5,10	7,40
2000	10,50	11,60
2008	12,29	12,53
2012	7,40	11,88

FONTES: Tribunal Regional Eleitoral-RS (1992, 2000, 2008 e 2012).

**Clitia Helena Backx Martins**  
Economista, Pesquisadora da FEE



## Mudanças na composição do PIB global no novo século

Ao se analisar a conjuntura econômica internacional neste novo século, um dos temas mais discutidos é o da suposta perda de poder relativo norte-americano e a ascensão da China ao posto de segunda maior economia do mundo e principal competidora da nação hegemônica. Este texto apresenta as principais mudanças na composição do Produto global, de forma a ilustrar tais acontecimentos.

Ao se verificarem os dados do Banco Mundial para o Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra a dólares constantes de 2005, os EUA vêm perdendo participação no Produto global, em um movimento lento e constante: em 2001, a sua fatia correspondia a 22,92%, parcela que caiu para 18,66% em 2012. No comércio internacional, segundo dados da Organização Mundial de Comércio, os EUA perderam a liderança nas exportações mundiais, posição que mantiveram durante grande parte dos anos 90, sendo ultrapassados pela Alemanha em 2003 e pela China em 2007, apenas recuperando o segundo posto em 2010, com o agravamento da crise na Europa. A interrupção na queda das exportações e a diminuição da participação norte-americana nas importações mundiais, de 18,19% para 12,31% — que, ainda assim, representa a maior parcela global —, ajudaram a reduzir o déficit em transações do País em mais da metade, chegando a -2,6% do PIB.

Porém, mesmo os dados que se apresentam como negativos para a economia norte-americana denotam o seu poderio, pois, após a mais grave crise desde 1929, o País segue forte como principal economia do planeta. Após ser o epicentro da crise financeira de 2007, analistas que acreditavam no declínio da nação mais poderosa do mundo voltaram a enxergar a eminência de sua derrocada. Os dados da produção apresentam uma clara queda de poder relativo norte-americano. Porém hegemonia é um conceito que abrange não apenas a produção, mas também questões militares e políticas, nas quais a perda de liderança norte-americana ainda não é vislumbrada. Além disso, a crise não representou nenhuma inflexão em processos já em curso, e os dados da produção não são suficientes para indicar uma mudança mais profunda no cenário mundial em curto prazo.

Quando se compara o Produto dos EUA ao de outros países e regiões de maior importância geopolítica e econômica, nota-se que os EUA apresentam ganhos relativos em comparação à Zona do Euro, à União Europeia e ao Japão, uma relativa estabilidade com a OCDE, “perdendo terreno” para a Ásia — região com maiores ganhos no produto global —, para os “BRICS” e para a maior parte das nações em desenvolvimento. Tais dados realçam o maior crescimento de países em desenvolvimento com relação aos desenvolvidos — neste novo século, pela primeira vez na história do capitalismo, os primeiros acumularam uma parcela do produto maior que os segundos. Ao apresentar ganho em relação à maioria dos países desenvolvidos, os EUA mostram uma posição de fortalecimento de sua liderança perante as nações mais importantes dos antigos arranjos da economia mundial, uma clara demonstração de hegemonia.

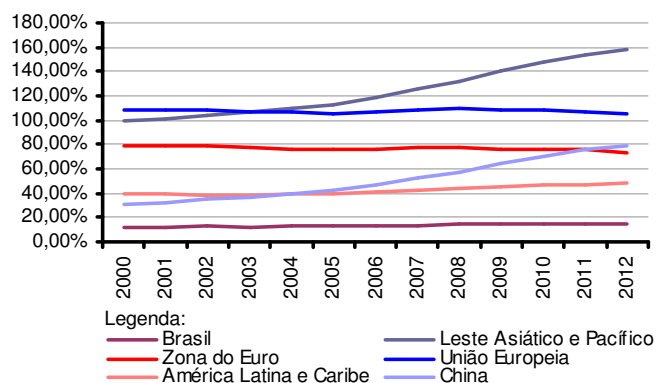
A Europa foi a região do mundo mais afetada após a crise de 2007, e o seu Produto apresenta uma clara perda de participação na economia mundial. Em 2001, a Zona do Euro tinha um PIB equivalente a 78,71% do norte-americano, enquanto a União Europeia apresentava 107,68%, valores

que se reduziram a 73,79% e 104,8%. Tais dados refletem a delicada situação do Velho Continente, ainda mais agravada na Zona do Euro, refém de seus arranjos institucionais e da austeridade. Mesmo a Alemanha, nação mais poderosa do continente e que aparentava não sofrer os graves efeitos da crise de 2007, também perdeu participação no Produto global com relação aos EUA, além de uma forte queda em sua participação mundial nas exportações: de 9,50% em 2001 para 7,64% em 2012, mostrando que sua estratégia exportadora não é imune à crise econômica de seus vizinhos. Com poucas perspectivas de mudança em médio prazo, o cenário europeu parece mesmo o de perda de importância no cenário mundial.

O continente que apresentou maiores ganhos em termos de produto foi a Ásia. Sua região mais dinâmica — Leste Asiático e Pacífico — alcançou a marca de 158,33% do PIB dos EUA, e, em 2012, correspondeu a 29,54% do PIB mundial, enquanto os EUA apresentaram 18,66%. A China é o país que apresenta os dados mais impressionantes: em 2001, o seu PIB era equivalente a 30,18% do Produto dos EUA, saltando para 79,51% em 2012. O novo gigante representa 14,83% do PIB mundial e cerca da metade do produto do continente. Nas exportações, é líder global, com uma fatia de 11,13% — em 1990, detinha apenas 1,83%. O seu desempenho ajudou a região a se tornar o polo produtivo mundial e alcançou uma proximidade com o Produto norte-americano há tempos não vista na economia mundial. Ao que tudo indica, a região manter-se-á em tal posto, diminuindo a importância norte-americana e europeia nos circuitos produtivos mundiais.

Enfim, a análise dos dados mostra um declínio da economia norte-americana em sua parcela no Produto mundial e uma inegável ascensão chinesa como principal polo produtor mundial, o que deve perdurar durante muitos anos. Porém, mesmo esses dados ilustram o poder da economia dos EUA, que, ainda estando em crise, cresceu mais do que a maioria das nações desenvolvidas e aumentou a distância sobre aqueles que, em tese, seriam os seus maiores adversários no cenário econômico e político global.

Produto Interno Bruto (PIB) de regiões selecionadas com relação ao PIB dos EUA — 2000-12



FONTE: Banco Mundial.

NOTA: Valores em paridade de poder de compra a dólares constantes de 2005, transformados em percentual do PIB dos EUA.

**Augusto Pinho de Bem**  
Economista, Pesquisador da FEE

## RS é um dos Estados que mais inova no Brasil, porém...

A colocação de destaque do RS, com a segunda melhor taxa de inovação entre os estados do Brasil, tem origem na última edição da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) do IBGE, que é a maior e mais completa pesquisa sobre inovação das empresas instaladas em território brasileiro, compreendendo o setor industrial no período 2009-11. As empresas gaúchas, nesse período, apresentaram uma taxa de inovação de 42,2%, ou seja, 4.627 empresas, do universo de 10.955, declararam implementar algum tipo de melhoria significativa ou novo produto e/ou processo produtivo. Percentual este acima do valor nacional, que foi de 35,6%. Nessa mesma linha, as taxas desagregadas (de produto e de processo) do RS possuem índices maiores que os nacionais.

Mais interessante é o dado referente à taxa de inovação de produto e/ou processo novo para o mercado nacional. Esse indicador mostra o grau de radicalidade ou de alteração nos produtos e processos novos ou aperfeiçoados. No RS, 5,5% das firmas inovaram com produtos novos para o País, ao passo que, no Brasil, somente 3,7% do conjunto das empresas. Em termos de processo produtivo, a taxa do RS também foi maior do que a do País, porém com uma pequena diferença, 2,3% para o ente estadual e 2,1% para o nacional. Portanto, as empresas gaúchas, de modo geral, parecem possuir um comportamento inovador mais vigoroso do que a média nacional.

Contudo, ao se compararem essas taxas de inovação com as da edição anterior da Pintec (2006-08), verificou-se uma retração generalizada e importante, tanto no País como no Estado. No tocante ao Brasil, a taxa de inovação, que era de 38,1% em 2008, caiu para 35,6% em 2011, uma queda de 2,6 pontos percentuais, quebrando uma série histórica de aumentos constantes desde a primeira Pintec, em 1998. Já a taxa do Estado passou de 44,1% em 2008 para 42,2% em 2011, uma diminuição de 1,9 ponto percentual, um pouco menor que a do País. Essa evolução permite inferir que a capacidade de gerar inovações das empresas gaúchas, embora esteja entre as melhores do País, se encontra, na verdade, estagnada.

Entre as principais explicações para tal declínio estão: (a) a crise financeira internacional de 2008, que coincidiu com o período de referência da pesquisa (2009-11); e (b) a estrutura produtiva especializada em setores de menor intensidade tecnológica. Somam-se a essas os obstáculos para a realização de inovações indicados pelas empresas em todas as cinco edições da Pintec: os riscos econômicos excessivos, os custos elevados para inovar, a escassez de fontes de financiamento e de serviços técnicos externos à empresa adequados, dentre outros.

Outro problema importante a destacar é o de que uma grande parcela das empresas, tanto brasileiras como gaúchas, apontou a aquisição de máquinas e equipamentos como principal meio de acesso ao conhecimento tecnológico para inovar. Essa tendência também se verificou nas edições anteriores da Pesquisa. Infelizmente, esse tipo de ação não favorece a geração de inovações próprias e, por conseguinte, uma maior independência tecnológica do País.

A qualificação das pessoas ocupadas em atividades internas de P&D das empresas é outro aspecto relevante da Pintec. Nesse quesito, os resultados indicam, por um lado, que o RS necessita melhorar suas políticas públicas de formação de profissionais e, por outro, que as empresas gaúchas necessitam buscar trabalhadores mais preparados. Com efeito, os percentuais de pesquisadores nas empresas do Estado foram de 67,8% com graduação e de 7% com pós-graduação, enquanto, no País, alcançaram valores sensivelmente maiores, de 70,6% e 12,6% respectivamente.

Esse desempenho em inovação do País está apoiado nas suas estruturas empresarial, educacional e de C&T, ou seja, no tripé empresas-universidades-governos. Nesse sentido, evidencia-se a importância da promoção da organização empresarial, da melhoria quantitativa e qualitativa da formação profissional e científica e da ampliação da disponibilidade dos financiamentos (público e privado) de P&D e inovação. Esse conjunto de elementos se convencionou chamar de Sistema Nacional de Inovação, para ressaltar a importância das relações entre essas ações e instituições. Similares e igualmente relevantes são os Sistemas Regionais e Locais de inovação, estes nas escalas estadual e local, nas quais a proximidade geográfica entre os diferentes atores possibilita e estimula a cooperação. O desafio para os próximos anos, no País e no Estado, está na consolidação desses diversos sistemas como condição necessária para o desenvolvimento socioeconômico.

Taxas de inovação das empresas das indústrias extrativa e de transformação no Brasil e no RS — 2009-11

TAXAS DE INOVAÇÃO	RS		BRASIL	
	%		%	
Agregada .....	42,2	35,6	42,2	35,6
De produto .....	23,8	17,3	23,8	17,3
De produto novo para o mercado nacional ..	5,5	3,7	5,5	3,7
De processo .....	36,7	31,7	36,7	31,7
De processo novo para o mercado nacional	2,3	2,1	2,3	2,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pintec-IBGE.

**Iván G. Peyré Tartaruga**  
Geógrafo, Pesquisador da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 02.01.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Miriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

**Núcleo de Dados:** Renan Xavier Cortes.

**Editoração:** Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br